

A FORMA DAS MARGENS NO ESPAÇO URBANO

*Renato Miguel Emídio do Carmo**

Resumo:

Este texto é constituído por três partes, a partir das quais se estrutura a análise em torno do conceito de espaço social no contexto da cidade urbanizada.

Num primeiro momento, sintetizamos as tendências gerais e os conceitos fundamentais que têm marcado a análise das problemáticas sócio-espaciais do meio urbano.

A seguir, pomos em causa o carácter redutor e determinista dessas formulações teóricas que se encontram descentradas em relação à emergência de novos fenómenos sociais que constituem as cidades modernas. Neste sentido, propomos uma reformulação da análise sociológica sobre as relações e os modos de apropriação sócio-espacial.

Por fim, apresentamos um modelo de análise que operacionaliza a lógica que estrutura a nossa proposta teórica.

Palavras chave: espaço, margem, laço social, (des)territorialização, região.

O mundo não é simplesmente dado no espaço; o espaço, no entanto, só pode ser descoberto no seio de um mundo.

Martin Heidegger, Ser e Tempo.

Introdução

A utilização das noções como *marginal*, *marginalidade* e *margem* generalizou-se nos estudos sociológicos e antropológicos contemporâneos que analisam os fenómenos recentes da vida quotidiana em meio urbano. No entanto, estas noções podem compreender diferentes interpretações que, por vezes, são contraditórias. Em nosso entender, estas têm sido definidas, fundamentalmente, a partir de dois níveis diferentes.

* Docente do Instituto Politécnico de Beja e Doutorando no Instituto de Ciências Sociais

Primeiro, pode considerar-se uma situação de marginalidade a que resulta da distinção de uma realidade precária em que se encontra determinada população ou grupo social, relativamente a uma situação central. «É possível definir o *marginal* como um ser percebido como colocando-se fora do sistema por causa de uma inadaptação qualquer: ele está nos confins, na periferia ou, em todo o caso, para lá da linha do horizonte, o que faz com que os normais tenham dificuldade em percebê-lo» (Xiberras, 1996: p.148).

Num segundo nível de análise, a margem pode designar um conjunto de indivíduos que não estão enquadrados em nenhum dos “lados”, estão numa posição intermédia, encontram-se numa situação de *liminaridade*: *liminar* é tudo o que está nas margens, não está aqui nem ali, está na fronteira entre... (Cabral, 1996).

Em termos de lógica de análise, a primeira definição remete-nos para um raciocínio binário que, grosso modo, determina o modelo que “está bem” e aquele que “está mal” (o modelo anómico). Em contrapartida, a outra definição desenvolve uma lógica que destrutura o sistema binário: entre 1 e 0 existe um conjunto de posições que não se enquadram em nenhum dos modelos.

Esta contradição dentro da mesma noção representa, acima de tudo, uma evolução de dois factores que estão interligados - um de ordem teórica, o outro relacionado com a realidade concreta. O primeiro deriva da evolução que tem marcado as ciências sociais nestes últimos tempos: a crescente inadaptação dos “velhos” sistemas teóricos gerais que se tornaram deterministas e redutores na análise da sociedade contemporânea.

O segundo diz respeito à evolução que tem caracterizado a sociedade actual que integra novos fenómenos sociais que, de uma forma geral, fogem aos esquemas clássicos de classificação. As dualidades clássicas - burguesia *vs* proletariado, rural *vs* urbano, solidariedade mecânica *vs* solidariedade orgânica - tornaram-se inconsistentes e inoperantes perante a emergência da “nova” realidade.

Segundo esta evolução a análise sociológica actual pode tender a considerar como *marginal* um conjunto de situações - as posições na estrutura social, os modos e estilos vida, as relações, as representações e valores - que se encontram de fora do sistema de classificação bipolar. Podemos então deduzir, que o segundo nível de interpretação da noção de margem resulta, em parte, da desadequação da primeira definição que tende a tornar-se redutora perante a emergência de fenómenos e realidades sociais que não se encaixam nem no *centro*, nem na *periferia*.

Nesta perspectiva a noção de margem tende a caracterizar um conjunto de grupos sociais que se encontram numa posição liminar relativamente a factores de hegemonia social e cultural. Desta forma, a margem representa um conjunto de sistemas de significado, modos de expressão ou estilos de vida considerados alternativos e particulares, relativamente aos modos de vida que derivam da cultura massificada e homogeneizada. Por exemplo, a noção de margem tende a identificar todas as novas formas de produção e de consumo cultural que compreendam factores de inovação e de singularidade (O'Connor, 1997).

Tendo em conta esta interpretação a noção de margem passa a constituir uma pluralidade de significados que identificam um conjunto diversificado de culturas e de

subculturas. Assim, o jovem negro desempregado que vive nos subúrbios e pinta *grafitos* é considerado como sendo marginal, tal como o jovem pequeno burguês que é proprietário de um bar *gay* localizado no centro da cidade. Isto é, podemos encontrar espaços de liminaridade, quer na periferia, quer nos próprios centros urbanos que foram reapropriados por novos grupos sociais.

Sendo a margem uma noção definida essencialmente a partir da dimensão cultural, ela não deixa de depender de outros níveis da realidade. Por exemplo, para se determinar uma posição ou grupo marginal, é fundamental ter em conta o seu contexto sócio-espacial. De facto, um dos indicadores que definem uma posição de liminaridade é sem dúvida o tipo de apropriação e uso do espaço.

Estas posições de fronteira, apesar de serem marginais, deverão ser constituídas por factores que configuram uma certa unidade, i. e., uma determinada *forma*¹. Em nosso entender, a configuração sócio-espacial é um elemento fundamental para a composição da forma das margens. Na verdade, a forma das margens é também uma forma espacial. Por este motivo, a análise da apropriação diferenciada do espaço contribui claramente para a construção de um significado sociológico, relativamente generalizado, da noção de margem. Assim, para o estudo sociológico das margens, é imprescindível uma análise sociológica do espaço.

Tradicionalmente a análise sócio-espacial foi estruturada por intermédio de uma lógica binária. O limite determinado por uma unidade sócio-espacial foi configurado fundamentalmente a partir da dualidade *próximo-distante*. A proximidade reflectia a homogeneização de dado colectivo social. No entanto, com a modernização e a urbanização da sociedade a proximidade perdeu determinância. Por este motivo, a análise da forma do espaço social deverá compreender outros factores e elementos de classificação. Assim, tal como a noção de margem, a concepção do espaço social tenderá a compreender um lógica pluridimensional

Este texto propõe um desenvolvimento em torno do conceito de espaço social no contexto da cidade urbanizada. Para tal, iremos, num primeiro momento, delinear o modo como o sistema de análise binário se tornou incongruente para o estudo das novas configurações sócio-espaciais do meio urbano. Seguidamente, tentaremos reformular alguns pressupostos de forma a reenquadrar a análise sócio-espacial a partir das problemáticas sociais actuais. Por fim, proporemos um modelo de análise que dê operatividade à recentragem teórica efectuada.

Os três momentos que apresentámos traçam a nossa tentativa em mediar a evolução estabelecida entre o sistema de análise binário e a emergência de um sistema que enquadre as situações de fronteira. A forma dual do espaço social distingue a centralidade da marginalidade, por seu turno, a análise pluridimensional pretende compreender a multiplicidade de limites que estruturam a forma do espaço. A concretização deste último postulado representa o objectivo central do presente texto.

1. A análise binária do espaço social

1.1. Organização social e organização espacial

Existe uma estreita relação de interdependência entre a organização social e a organização espacial. O espaço não deve ser considerado como um mero reflexo da distinção social, na verdade, ele próprio participa na constituição da diferenciação social. Segundo Ledrut, «a organização espacial não é, no sentido estrito, a projecção da organização social (...). No entanto, embora não seja o “projectado” da organização social, a organização espacial mantém com a organização social uma relação que é, ao mesmo tempo, de determinação e de expressão» (Ledrut, 1998: p. 61). Deste modo, a forma do espaço reproduz e produz as desigualdades sociais que estruturam a sociedade. De facto, esta representa uma dimensão a ter em conta para medir o grau das assimetrias sociais.

No meio urbano a configuração do espaço é produzida em consonância com o desenvolvimento económico e as diferenciações sociais que estruturam a sociedade. O espaço tem vindo a ganhar novas configurações em função das alterações sociais e económicas inerentes ao processo de modernização e urbanização das cidades. Por este motivo, convém explicitar os traços fundamentais que integram a mudança da estrutura sócio-espacial.

Essa mudança é definida por diversos conceitos que caracterizam a transição entre a “cidade industrial” - na qual o crescimento da malha urbana estava preponderantemente associado ao aumento da industrialização - e a cidade, designada de *pós-industrial ou pós-fordista*, que se desenvolve a partir de uma maior pluralidade de sectores, diminuindo a preponderância do peso da indústria.

Foram propostas outras expressões, como a cidade *informacional* (Castells, 2000 a)), que salientam a importância das redes de informação para a organização da estrutura urbana das cidades. De qualquer modo, todas as designações apresentadas definem, grosso modo, os mesmos fenómenos que podemos sintetizar em três pontos fundamentais: *terciarização, globalização da economia e da cultura e generalização das redes de informação e de comunicação*².

O processo de terciarização contribuiu claramente para a alteração da estrutura social do trabalho, na medida em que emergiram e proliferaram nas sociedades modernas novas profissões e ocupações ligadas à área do comércio e dos serviços. Este sector integra actualmente o maior número de elementos da população activa na maior parte das cidades dos países desenvolvidos.

A globalização da economia é o factor responsável pela deslocalização e internacionalização de parte da indústria para zonas mais periféricas, e pela implantação de grandes empresas multinacionais, fundamentalmente, do sector terciário - seguradoras, bancos, empresas de consultadoria, de comunicação, etc - nos bairros centrais das cidades. O outro mecanismo que constitui a globalização da economia é de natureza financeira e caracteriza-se pela desregularização e liberalização dos mercados financeiros, o que provocou o aumento estrondoso das trocas e das transacções de capital a nível mundial.

A globalização da economia deveu-se em parte ao fenómeno da revolução das comunicações que se desenvolveu na segunda metade do séc. XX (sobretudo no último quartel). A generalização das redes de informação e de comunicação deram primazia a dois recursos importantes que estão intimamente ligados: o conhecimento e a cultura. Devido a eles, proliferaram um conjunto de novas funções e actividades, caracterizadas por um elevado nível de qualificação e de formação, que contribuíram decisivamente para a recomposição social da maior parte das sociedades desenvolvidas. A nível cultural generalizaram-se, à escala mundial, um sem número de estilos de vida diferenciados, de hábitos de consumo regulares, de novos movimentos culturais, que provocaram uma alteração efectiva na estruturação dos quotidianos e das vivências urbanas.

Em suma, podemos considerar que todos estes fenómenos agregados não contribuem somente para a complexificação da estrutura socioeconómica, cultural e espacial da cidade, como vão desencadear uma mudança profunda nos modos de vida, nas relações e laços sociais que, de uma forma geral, tendem para uma maior atomização e individuação.

A dimensão sócio-espacial tem sido uma componente importante para construção dos dois *tipos ideais* de cidade - a cidade industrial e a cidade pós-industrial³. Como é sabido, a sociologia urbana clássica utilizou um conjunto de noções e de dualidades conceptuais para caracterizar a organização espacial da cidade industrial. Por seu turno, a mudança para a cidade pós-industrial tende a ser caracterizada, pela análise sociológica contemporânea, a partir de duas tendências que se encontram interligadas: por um lado, descrevem-se os mecanismos de desestruturação das dualidades tradicionais que perderam o seu carácter determinante (como é o caso da díade próximo-distante) e, por outro lado, formulam-se novas dualidades conceptuais para definir a organização espacial da cidade contemporânea.

Assim, como iremos ver, o esquema analítico da sociologia, que se debruça na análise da organização sócio-espacial das cidades, continua a tender para uma lógica de análise dualista na qual se estabelece uma relação relativamente linear entre a composição da estrutura social e a sua contextualização na estrutura espacial.

1.2. *A cidade industrial*

Na cidade industrial o espaço encontrava-se fortemente estratificado, sendo a determinação e a expressão de uma estrutura social dual. Esta, como observou Marx, era determinada pelo posicionamento dos actores sociais perante a propriedade: proprietários vs não proprietários, empregadores vs empregados, eram posições que, na maior parte dos casos, confluíam para o mesmo actor ou grupo social.

Ao nível da organização espacial as distinções sociais configuravam-se fundamentalmente no problema da habitação, como observou Engels na segunda metade do século XIX: «aquilo que hoje se entende por falta de habitação é o agravamento particular que as más condições de habitação dos operários sofreram devido à repentina afluência

da população às grandes cidades; é o aumento colossal dos alugueres, uma concentração ainda maior de inquilinos em cada casa, e para alguns, a impossibilidade de em geral encontrar um alojamento» (Engels, 1984: p. 25).

A proliferação da precariedade habitacional marcava uma distinção bem definida entre os bairros e espaços operários e os bairros burgueses. No caso de Lisboa e de algumas cidades industriais de Portugal dos fins do sec. XIX (Porto, Setúbal, Montijo), desenvolvem-se um conjunto de modalidades habitacionais que marcam a arquitectura popular urbana da época. Os pátios de habitação operária (conhecidos por “ilhas” no Porto), são a expressão mais característica do problema do acesso desigual a uma habitação condigna.

A forma espacial que resulta da construção dos pátios de habitação determina, e é determinada, por uma forte desigualdade social. No mesmo lote de terreno distinguem-se duas tipologias diferentes de construção: «(...) marginando a rua, um prédio corrente para a burguesia (mais frequentemente para a pequena burguesia); e no interior do talhão, por detrás desse prédio, um pátio, ou vila, destinado a famílias proletárias» (Pereira, 1994: p.516). Neste caso existe uma completa justaposição entre a organização social e a organização espacial: na habitação cuja fachada dá para a frente da rua habitava o burguês, atrás, escondidas da rua, moravam as famílias operárias.

Esta configuração espacial participava de uma estrutura global que derivava das desiguais relações de produção desenvolvidas entre os burgueses e os operários. Estávamos perante um antagonismo de interesses que se confrontava numa permanente interdependência económica, social e também espacial. De facto, a própria espacialização da cidade industrial denunciava essa interdependência entre contrários.

Assim, ao nível da habitação operária existiam duas modalidades relativamente generalizadas nas cidades industriais do país, sobretudo em Lisboa, que, embora compreendendo lógicas económicas diferentes, derivavam do mesmo fenómeno de interdependência.

Por um lado, assistiu-se a uma construção desenfreada de pátios, cuja configuração já referimos. Estes surgiam devido à grande carência de habitação que se assistia, resultando daí numa forte especulação imobiliária alimentada pelos burgueses, sobretudo pequenos burgueses, que construíam habitações precárias, nos quintais ou terrenos adjacentes às suas moradias, que posteriormente eram alugadas aos operários que laboravam numa fábrica das redondezas.

Neste caso a organização espacial reproduzia quase por completo a desigualdade social, embora, na maior parte das situações, a pessoa do senhorio não era a mesma pessoa do patrão. Deste modo, a especulação habitacional pode ser interpretada como a continuidade de uma exploração sócio-económica que se verificava no sector produtivo, apesar do indivíduo proprietário mudar.

Por outro lado, em certas zonas de Lisboa, alguns patrões construíram habitações para os seus empregados. Estas “Vilas” operárias resultavam de uma política de *paternalismo* que, segundo Daniel Bertaux, tinha uma função fundamental de controlo social, «o alojamento era, portanto, o principal meio de chantagem (...)» (Bertaux, 1978:

p. 202). Assim, embora passemos de uma lógica de especulação para uma lógica de controlo social, prevalece o antagonismo de posições interdependentes que se manifestava na configuração espacial.

Sob a face do paternalismo ou da mera especulação imobiliária, a configuração morfológica expressava e determinava a desigualdade social e a oposição de interesses. Havendo como que uma “regionalização” entre os diferentes colectivos e grupos sociais, que se separavam em espaços diferenciados.

A estratificação do espaço era bastante acentuada na cidade industrial. Este factor contribuía para que a maioria das relações e ligações sociais se estabelecessem entre os vizinhos ou pessoas que habitavam na proximidade do bairro. A comunidade estruturava-se entre os indivíduos que estavam *dentro*. Por este motivo, as relações sociais eram fortemente territorializadas.

O conceito de *meio interno*, proposto por Durkheim (1987), é o que melhor exprime esta distinção entre espaços fortemente territorializados. O meio constitui-se a partir da conjugação entre a *densidade material* (o volume, as vias de comunicação e transmissão) e a *densidade dinâmica* (nível de concentração das relações sociais). O meio interno representa uma forma de identificar no espaço determinado colectivo social que tende para uma certa homogeneidade.

R. Ledrut (1968, 1976) utiliza uma metodologia similar ao estabelecer a diferenciação do espaço na cidade urbana através da identificação dos bairros. De facto, a construção da noção de bairro, participa, de forma relativa, da lógica que Durkheim utilizou para a determinação do *meio*. Por dois motivos, por um lado, ambos partem do colectivo para a análise do espaço, por outro, quer o bairro, quer o meio, germinam-se por intermédio do cruzamento entre a *instalação* (densidade material) e a *circulação* (densidade dinâmica). O espaço da cidade estruturava-se assim a partir da homogeneização do colectivo e, portanto, da homogeneização das relações sociais. Isto é, o *mesmo* é definido pelo critério da *proximidade*: estar próximo representava pertencer à mesma comunidade.

1.3. A cidade pós-industrial

Com a modernização a organização social complexifica-se, surgem novos grupos socioprofissionais que constituem a *nova pequena burguesia* (Poulantzas, 1982), commumente designada por *classe média*. Esta banda intermédia da estrutura de classes densifica-se. O *mesmo* universaliza-se e indiferencia-se, na medida em que as condições de vida, os hábitos de consumo e os estilos de vida tendem a generalizar-se à maior parte da população activa.

Esta alteração manifesta-se na organização espacial que se torna heterogénea. Os espaços operários tendem a desagregar-se, por exemplo, os pátios deixam de ser habitados exclusivamente por população operária. Alguns são reconstruídos e ocupados por famílias da classe média. Na cidade pós-industrial assiste-se a uma gradual perda de

importância do factor *proximidade territorial* na estruturação das relações sociais. De facto, o *próximo* deixa de ser o *mesmo*. As relações sociais passam a estar cada vez menos focalizadas no espaço do bairro e nos vizinhos. Cada indivíduo «(...) pode combinar à sua maneira a relação de proximidade e a relação de distância» (Rémy, 1995: p.141).

Estamos perante um processo de desterritorialização dos laços sociais. Como observou Simmel (1989), a intensificação da urbanização vai provocar, em cada indivíduo, uma diversificação das relações pelos mais diversos *círculos sociais*. Cada actor constrói assim uma rede de ligações sociais transversal aos vários espaços e meios sociais em que está inserido. Esta situação modifica, segundo B. Wellman (1979, 1981), a concepção de comunidade que se autonomiza em relação à proximidade espacial. A emancipação da comunidade é medida através das ligações sociais estabelecidas entre os actores sociais. Wellman considera que os laços fortes (de solidariedade e de amizade) tendem a ultrapassar espaço do bairro. A comunidade passa a ser constituída a partir de um conjunto de ligações que se localizam no exterior.

A intensificação das ligações sociais desencadeia, simultaneamente, uma proliferação de laços fracos, responsáveis pela reversibilidade sistemática nas relações sociais que se desenvolvem entre os indivíduos. M. Granovetter (1973) mediu a importância dessas ligações e verificou que estas podem ser fundamentais para a dinamização da mobilidade social (ingresso no mercado profissional, ascensão na carreira, etc). Ter um conjunto de pessoas conhecidas em determinados círculos sociais representa um capital fundamental na sociedade actual. Daí que cada vez mais as relações sociais tendam a desterritorializar-se.

Um outro fenómeno característico das sociedades “informacionais” diz respeito «(...) à “desinserção” das relações sociais dos contextos locais de interacção e à sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo» (Giddens, 1992: p.17). Referimo-nos ao fenómeno designado por *descontextualização*, que define a situação na qual os actores sociais interagem simultaneamente no mesmo tempo, mas em espaços diferenciados (falar ao telefone, utilizar o correio electrónico, a *internet*, etc).

Deste modo, quer a desterritorialização, quer a descontextualização das relações, são factores que provocam uma autonomização das ligações e dos laços sociais face aos limites e constrangimentos sócio-espaciais. Podemos então concluir que a densidade dinâmica (a circulação) tende a transcender a densidade material (a instalação). O meio interno destrutura-se à medida que o espaço perde a sua homogeneidade colectiva.

Paralelamente a cidade pós-industrial compreende realidades distintas que invertem esta tendência geral para a desterritorialização e descontextualização. Referimo-nos aos espaços que tendem a fechar-se sobre si mesmos. São locais ou bairros habitados por indivíduos que tendem a se encontrar fora do sector produtivo da sociedade (não activos ou com actividade precária ou clandestina): idosos, jovens, imigrantes, desempregados de longa duração. A maior parte destes actores integram aquilo que se designa como *sub-classe*⁴, que se encontra bastante afastada do modelo médio.

Espacialmente estes indivíduos estão no lado de lá, fora dos espaços habituais de sociabilidade da classe média. As suas relações sociais tendem a ser focalizadas para o espaço do bairro de habitação, portanto, são fortemente territorializadas. Por outro lado, as situações de interação tendem a contextualizar-se em locais determinados (os suportes que permitem as ligações descontextualizadas estão, por razões óbvias, menos generalizadas nestas populações).

1.4. *A dualidade marginal*

Aquilo que tradicionalmente é considerado marginal na estrutura espacial da cidade urbana está fortemente relacionado com a precariedade habitacional. Esta, por seu turno, é a expressão de um reduzido ou decrépito estatuto sócio-económico de determinados grupos sociais, que, no entanto, difere da cidade industrial para a cidade pós-industrial.

No primeiro caso, a classe “marginal” (o operariado) compreendia uma relação de interdependência em relação aos grupos dominantes. Ao nível espacial as relações de classe tendiam para a territorialização, persistindo assim um antagonismo de interesses que se equilibrava na separação territorial.

Na cidade pós-industrial os grupos marginais surgem porque se encontram fora dessa interdependência, a maioria não faz parte da população activa. Ao nível da classe média, as ligações sociais desterritorializam-se, este é o modelo geral. Por seu turno, os grupos encaixados na noção de sub-classe tendem a territorializar as suas relações no interior de espaços determinados. Esta situação expressa aquilo que comumente se considera como exclusão social⁵.

Esta evolução vai provocar uma alteração na configuração sócio-espacial das cidades urbanizadas da sociedade contemporânea. A proximidade espacial perde a sua importância enquanto um factor decisivo que contribui para a homogeneização das relações sociais e o consequente aprofundamento dos laços comunitários e identitários.

Na verdade, com a complexificação da estrutura social e a autonomização das ligações sociais deixa de haver uma continuidade entre determinado colectivo (por exemplo, uma classe social) e a localização no espaço. Em termos gerais, o espaço enquanto homogeneização do colectivo dilui-se na constatação de um sistema binário geral⁶: a) *o modelo médio* constituído pela grande massa que representa a classe média no qual as configurações espaciais tendem a indiferenciar-se entre si; b) *os excluídos* (estão de fora do modelo médio) que tendem a habitar em espaços fechados que se distinguem dos restantes. Para além desta dualidade que se anula, não é possível aprofundar a análise sócio-espacial que integre uma dimensão colectiva e homogeneizante. Estamos perante duas realidades que tendem a separar-se e a excluir-se mutuamente (1 e 0).

Desta sistematização binária da diferenciação social e sócio-espacial do meio urbano resulta uma simplificação analítica relativamente redutora que convém desconstruir. Em nosso entender, esta leitura simples da realidade social e urbana encobre um con-

junto imenso de situações dispare e contraditórias que derivam da complexificação da estrutura social. Por este motivo, não faz muito sentido enquadrar uma análise binária da diferenciação sócio-espacial quando, por um lado, o modelo de desigualdades sociais deixou de ser dual (ou de tender para a dualidade) e, por outro, se verifica que as relações e ligações sociais são cada vez mais heterogéneas e diversificadas. Deste modo, em termos sócio-espaciais, a noção de marginal altera-se: a *polarização* dá lugar à *liminaridade*.

2. A análise pluridimensional do espaço

2.1. A autonomização do laço social

Já não existe uma justaposição entre a densidade material e a densidade dinâmica. Os conceitos clássicos de análise sócio-espacial perdem a lógica determinista. Por este motivo, a perspectiva sociológica deverá ser reformulada, sendo necessário desconstruir o modelo binário de forma a descortinar as diferentes realidades que sustentam esta aparente uniformidade.

Actualmente as relações sociais tendem para a singularidade, isto é, deixam de ser fortemente condicionadas pela pertença a determinado colectivo, passando a ser estruturadas, fundamentalmente, a partir de uma opção inter-individual. «A institucionalização da individualização encontra apoio na evolução da relação quantitativa das posições médias na estrutura social» (Rémy, 1995: p.139).

Segundo Giddens, cada indivíduo compreende uma diversidade cada vez maior de *sectores de estilo de vida*⁷, praticando, em cada, um conjunto de actividades próprias que se distinguem das restantes. Estes sectores não só se diferenciam em função da qualidade das actividades, como do tipo de população que constituem. O sujeito tende a interagir com um número cada vez mais diversificado de indivíduos oriundos de diferentes meios, grupos e, porque não, países. Por este motivo, as ligações sociais tendem a autonomizar-se em relação à classe social e à localização espacial.

Um outro fenómeno que contribui para essa diversificação social está relacionado com aquilo que alguns autores designam como *esteticização da vida quotidiana* (Featherstone, 1997, 1998; O'Connor, 1997), que designa a tendência dos indivíduos e dos grupos sociais praticarem e incorporarem novos elementos de índole cultural cada vez mais distintos e singulares.

Estes fenómenos provocam um conjunto de alterações no que diz respeito à relação entre a organização social e a organização espacial. Em nosso entender, esta deixa de ser definida a partir da identificação do colectivo na estrutura social. Na cidade pós-industrial a relação entre o espacial e o social estrutura-se a partir da independência do laço social. A ramificação das redes sociais é direccionada em função de critérios ligados à escolha individual: à comunhão dos mesmos hábitos de consumo ou estilos de vida próximos ou interesses comuns, etc.

A forma do espaço deverá compreender essa autonomização do laço social. Na verdade, o espaço vai adquirindo novas configurações conforme o tipo de ligações sociais que são estabelecidas entre os indivíduos. Só assim é possível penetrar nos dois modelos polarizadores e compreender as diferentes dinâmicas que existem, quer no interior dos espaços fechados dominados pelos “excluídos”, quer nos espaços, indiferenciados entre si, apropriados pela classe média. Portanto, é a determinação da ligação social que permitirá “abrir” a forma do espaço e detectar as diversas configurações que se formam em dados contextos sociais.

Com a intensificação da urbanização e a heterogeneização das relações sociais, tornou-se difícil analisar a estruturação do espaço a partir da configuração dos diferentes colectivos sociais, como propunham alguns sociólogos. No contexto da cidade pós-industrial as diferentes apropriações do espaço derivam da agregação estabelecida entre as várias ligações sociais ou, dito de outra forma, da agregação das várias escolhas inter-individuais.

Em certa medida, a análise sócio-espacial perde a sua importância enquanto dimensão fundamental para compreender as diferentes apropriações desenvolvidas pelos diversos colectivos sociais. O espaço particulariza-se, deixando de ser um factor que determina e espelha a estrutura da organização social.

Existe uma corrente *empirista* da sociologia urbana⁸ que considera o espaço uma dimensão secundária na análise teórica dos fenómenos da cidade. Segundo estes autores, o espaço deverá ser abordado a partir da análise concreta enquadrada em objectos de estudo particulares, não devendo, por isso, compreender uma amplitude universal e teórica (na medida em que perdeu a sua determinância).

No entanto, na nossa opinião, a atomização do espaço não deve representar um limite para a análise sociológica. Pelo contrário, esta contribui claramente para o enriquecimento das abordagens empíricas e, também, teóricas. Na sociedade contemporânea o espaço não perdeu a sua importância estruturadora. De facto, como iremos ver em seguida, continua a fazer sentido uma análise sócio-espacial das relações sociais.

2.2. Interior e exterior

As análises *interaccionistas* provaram que a acção social é fortemente estruturada pela diferenciação espacial. A distinção entre o *interior* e o *exterior* condiciona fortemente a “encenação” de determinado papel social.

E. Goffman utiliza o conceito de *região* para contextualizar o limite da interacção social. Este sociólogo define a região «(...) como qualquer lugar que seja limitado de algum modo por barreiras à percepção» (Goffman, 1985: p.101). Neste sentido, temos dois tipos fundamentais de região: a *região frontal* e a *região de retaguarda*. Na primeira o actor “representa” e age por intermédio da construção de uma *fachada*. A segunda é por natureza a região onde o actor reduz a sua necessidade de “encenação”, metaforicamente pode ser considerada a região dos *bastidores*.

Em termos de localização, a região de retaguarda encontra-se quase sempre em espaços mais ou menos escondidos e resguardados - «(...) ficando separada por uma divisão e passagens protegidas» (Goffman, 1985: p.107). Por seu turno, a região frontal é sempre manifesta e aberta a um público que observa e interage.

Na análise de Goffman a região compreende uma forte componente morfológica. O actor interage conforme o grau de acessibilidade dos espaços: se o espaço for acessível a um conjunto diversificado de pessoas o indivíduo constrói a sua fachada encenando-a da forma mais adequada, se o espaço for mais restrito tende a “despir-se” da representação. Esta correspondência torna o esquema de Goffman um tanto rígido e determinista.

A. Giddens foi dos poucos sociólogos que pegou no conceito de região. Em seu entender, a dicotomia *acessível-não acessível* não é a base deste conceito. Segundo Giddens (1989), a dualidade fundamental é a de tempo - espaço. O actor age no tempo e no espaço, estes são os elementos essenciais da sua acção.

Sendo assim, é com base na trajectória diária e na passagem pelos vários locais, que contextualizam situações de coopresença, que é possível delimitar a regionalização. Giddens chama este processo de *zoneamento regional*, no qual cada actor assume um dado papel suportado a partir da contextualização (no tempo-espaço) de determinada interacção.

No entanto, a trajectória e o local não são completamente determinantes para condicionar a acção. Segundo Giddens, cada sujeito tem a capacidade de *monitorar* reflexivamente a sua acção, ou seja, todo o comportamento humano comporta um carácter intencional e deliberado. Sem este aspecto o determinismo seria total, de facto, a capacidade de reflexão pode manobrar o *zoneamento*. Por exemplo, em certas circunstâncias, o actor pode assumir comportamentos característicos de uma região de retaguarda a partir de interacções contextualizadas em locais que Goffman não teria dificuldade nenhuma em considerar como *cenários de fachada*. Estas situações acontecem, por exemplo, porque o actor pode sair beneficiado com esse tipo de conduta.

No entender de Giddens é difícil estabelecer uma fronteira generalizável entre estas duas regiões. Segundo este sociólogo o esquema pode ser atenuado a partir de graus de *fechamento* (encobrimento, ocultação) e *abertura* (revelação, divulgação) entre as regiões. Tudo depende do contexto da interacção e da forma como os actores *monitorizam* a sua acção.

Na análise de Giddens a forma do espaço vai assumindo diferentes configurações conforme a trajectória quotidiana do actor. A dialéctica interior-exterior vai acontecendo como se se tratasse de um processo: ou se tende para a *interioridade* na qual os actores comungam o mesmo espaço desenvolvendo entre si um conjunto de relações sociais próximas, informais e(ou) íntimas; ou se tende para a *exterioridade* onde os actores demarcam uma certa distância entre si, interagindo perante um “auditório” constituído, por vezes, por pessoas anónimas e desconhecidas.

No nosso ponto de vista, da proposta de Giddens surgem quatro tipos de modalidades sócio-espaciais, que implicitamente o autor sugere mas não explicita. Deste modo,

propomos quatro modalidades resultantes do cruzamento entre duas díades: abertura-fechamento e interioridade-exterioridade (ver fig. 1).

Figura nº1

Operacionalização do esquema de Giddens sobre o conceito de região

	INTERIORIDADE (Região de Retaguarda)	EXTERIORIDADE (Região Frontal)
FECHAMENTO	Restrição	Retracção
ABERTURA	preservação	exposição

O resultado deste cruzamento é composto pela formulação de quatro noções que, em nosso entender, exprimem correctamente a particularidade de cada quadrante. Assim, por *preservação* queremos significar a situação em que o actor tende para a interioridade mas é permeável ao acesso de outros actores na sua região de retaguarda, com os quais pretende manter uma relação. Pelo contrário, na modalidade *restrição* esse acesso é “vedado”, não sendo permitido qualquer intromissão, por exemplo, a situação de dois amantes que fazem amor no seu quarto, neste caso o acesso é praticamente proibido.

A *exposição* significa a expansividade em situações públicas, o actor recorre ao seu papel de *fachada* e dentro deste utiliza todos os recursos possíveis para se expor, portanto, a região frontal é maximizada. Pelo contrário a *retracção* significa a minimização desses recursos, o actor, tanto quanto possível, tenta não manifestar-se publicamente.

Portanto, como vemos, a dialéctica interior-exterior condiciona claramente a acção social. A tendência para a atomização e particularização das relações espaciais contribui para o aumento dessa determinância. Deste modo, estabelece-se uma interdependência constante entre a estruturação das ligações sociais e a diferenciação sócio-espacial.

2.3. A abertura das margens

O espaço não perdeu importância enquanto dimensão fundamental para a análise dos fenómenos da vida urbana. Pelo contrário, o espaço assume uma relevância decisiva na determinação das ligações sociais que estruturam a vivência quotidiana: a distinção entre interioridade e exterioridade torna-se mais decisiva para a constituição dos diferentes papéis sociais.

O espaço é, de facto, um elemento estruturador. A relação entre o interior e o exterior está presente nas constantes ligações sociais. Como vimos, a constituição de um laço forte entre dois indivíduos representa, na maior parte dos casos, uma forma de desterritorialização (habitam em bairros diferentes). No entanto, este indica, simultaneamente, uma forte tendência para a abertura da interioridade (comungam a habitação de um e de outro).

Existe, assim, uma continuidade entre a determinação de uma ligação social e a abertura de espaços considerados inacessíveis: enquanto o laço social perdurar aquilo que era exterior torna-se interior. Deste modo, a forma do espaço não é somente a expressão da configuração das redes sociais, ele próprio determina a ligação social, na medida em que esta só se concretiza se se desenvolver em contextos de interioridade.

Por este motivo, a emergência de uma ligação social provoca a *reversibilidade* na pertença e frequência de determinados contextos sócio-espaciais. Esta recursividade estrutural e “regionaliza” a rotina e as diferentes interações que se desenrolam durante o quotidiano. Assim, a manutenção de determinada ligação social caracteriza-se por uma reversibilidade na “abertura” de certos espaços.

Com a intensificação da urbanização e da mobilidade sócio-espacial os actores tendem constituir redes sociais que se ramificam pelos mais variados locais. Novos espaços tornam-se acessíveis havendo a comunhão de relações fortes e informais que se repetem em contextos sócio-espaciais idênticos. É nesta medida que a organização social se articula com a organização espacial: as ligações e relações sociais determinam e são determinadas pelo nível de interioridade-exterioridade sócio-espacial e pela recursividade da trajectória quotidiana.

Com base nesta perspectiva, o espaço torna-se a expressão e a determinação de uma realidade social que tende, simultaneamente, para a individuação e para a diversificação das relações sociais

Em termos sócio-espaciais cada indivíduo tende a estabelecer, por um lado, um equilíbrio entre o grau de interioridade e de exterioridade no conjunto das suas relações sociais e, por outro, a estabilização e reversibilidade de parte dessas ligações em sectores e locais específicos. Se existir uma ruptura neste equilíbrio, pode-se tender para certas formas de isolamento (de estigma, de exclusão). Por exemplo, suponha-se a situação de alguém que tem frequentes relações de exterioridade mas fracas relações de interioridade, neste caso o indivíduo carece de um conjunto de laços e de contextos onde se desenvolvam formas de amizade e de intimidade.

Podemos então afirmar que na sociedade contemporânea a constituição sócio-espacial das margens assume cada vez menos uma configuração colectiva, fortemente identitária e territorializada num espaço específico. Pelo contrário, a forma das margens tende a atomizar-se, ganhando uma configuração microscópica.

Por este motivo, o sistema binário que descrevemos atrás dilui-se numa imensa pluralidade de modalidades sócio-espaciais. Ou seja, o “leito” central que constitui o modelo da classe média pode compreender diversificadas formas de exclusão interindividual. Assim como na extensa “margem”, constituída pelos que *estão de fora*,

podem coexistir situações dispare de isolamento e de estigmatização. Portanto, o sistema abre-se e as margens entrecruzam-se, havendo uma complexificação das suas configurações.

No entanto, em termos sociológicos põe-se a questão de saber se é possível determinar e analisar a complexidade dessas configurações. Será possível sistematizar e tipificar a atomização das margens? A resposta a esta questão passa, em nosso entender, por uma análise sócio-espacial que estabeleça uma articulação teórico-metodológica entre as propostas de interpretação interaccionista do espaço e algumas das análises sobre redes sociais (herdeiras dos estudos de Simmel e A. Moreno). Pois, como vimos, existe uma completa interdependência entre a diferenciação sócio-espacial e o estabelecimento dos laços sociais: a forma das redes sociais só pode ser delimitada e determinada na estrutura do espaço.

3. Proposta de um modelo de análise

Existem dois fenómenos sócio-espaciais fundamentais que estruturam a vida quotidiana na cidade contemporânea. O primeiro, já explicitámos insistentemente, relaciona-se com a gradual perda de importância das relações de proximidade e de vizinhança. O segundo, aflorámos de forma implícita, diz respeito à tendência que existe para que a habitação se torne o principal ponto de fixação num contexto de forte mobilidade quotidiana e profissional. De facto, «sendo o trabalho cada vez menos um ponto fixo, a diagonal tradicional trabalho-domicílio do cidadão retrai-se sobre a habitação, que se torna o único ponto fixo do habitante metropolitano» (Ascher, 1998: p.92).

A centração em torno da habitação deverá redimensionar a perspectiva sociológica de análise das relações sociais no espaço urbano que dava primazia ao bairro - que, como vimos, perdeu alguma determinância. Neste sentido, o estudo das relações de interioridade-exterioridade deve estruturar-se tendo por base esse ponto de fixação, identificando as ligações que, a partir deste, se estabelecem com outros espaços e contextos sociais.

Assim, para determinarmos a configuração do espaço social deveremos enquadrar a ramificação das ligações interindividuais tendo por referência o ponto de fixação do sujeito, isto é, a sua habitação. A constituição da rede deverá ter em conta dois níveis de diferenciação sócio-espacial: a) as relações focalizadas da habitação para o bairro; b) as ligações que se estruturam da habitação para fora do bairro. No primeiro nível, analisaremos o *zoneamento regional* que se desenha entre o sujeito e os vizinhos. No outro nível, verificaremos o grau de desterritorialização das relações sociais do sujeito. É a partir do cruzamento destes dois eixos que iremos identificar as várias configurações sócio-espaciais.

O modelo que iremos propor deriva dos pressupostos que acabámos de enunciar. No entanto, convém dizer que este resultou, originariamente, do estudo das relações sociabilidade contextualizadas em espaços precários e relativamente fechados, habitados

maioritariamente por operários não qualificados⁹ (Carmo, 1996). Portanto, este modelo pode não compreender uma aplicação a todo e qualquer contexto sócio-espacial.

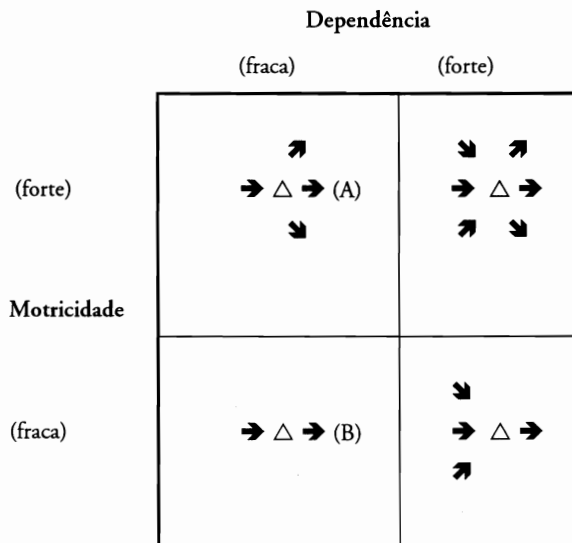
3.1. Uma tipologia das ligações sociais

A noção de rede social é primordial para analisar a diversas configurações sócio-espaciais. Por este motivo, torna-se fundamental sistematizar e tipificar as várias modalidades reticulares. Neste sentido, M. Forsé (1981, 1991) propõe uma tipologia que enquadra os vários papéis que são possíveis existir na estruturação de uma rede social. A construção desta tipologia baseia-se na noção de ligação ou laço social e pode ser generalizada aos mais diversos contextos sociais, portanto, compreende uma certa universalidade.

Este sociólogo elaborou uma tipologia de *papeis reticulares* formulada a partir de uma análise que parte da metodologia do teste de citação (clássico na sociometria). Assim, qualquer actor social é caracterizado em dois sentidos, por um lado, as ligações que correspondem ao número de citações realizadas por *ego*, por outro lado, o tipo de ligação que enquadra o número de vezes em que este é citado. O primeiro processo (as citações que partem de ego) denomina-se por *motricidade*, o segundo (citações para ego) intitula-se de *dependência*.

Cada actor pode ter uma posição forte ou fraca em cada um dos processos. Como vemos no quadro, a partir do cruzamento entre motricidade e dependência geram-se quatro papeis reticulares típicos.

Figura nº2
Tipologia dos papeis reticulares



Pegando no esquema de Forsé, verificamos que existem duas posturas em termos de motricidade: a forte e a fraca. Na primeira, *ego* tem uma atitude expansiva de grande abertura, na segunda, pelo contrário, o seu papel é sobretudo de fechamento. Por seu turno, essa abertura pode ou não ser retribuída quando analisamos a dependência.

Assim, por exemplo, se utilizarmos esta grelha para o estudo das redes que se desenvolvem num bairro, podemos facilmente adaptar o esquema a partir das noções de fechamento e abertura sócio-espacial. Se determinado indivíduo (A)¹⁰, afirma que tem ligações (fortes) com um conjunto numeroso de vizinhos, tendo o hábito de frequentar as suas casas, podemos dizer, que este actor tende para abertura. Pelo contrário, o vizinho B, pouco se dá com as pessoas, não frequentando quaisquer espaços do bairro, excepto a sua própria casa. Este actor tem um comportamento oposto ao anterior, ou seja, existe uma grande tendência para o fechamento.

Em termos de dependência, o indivíduo A pouco é citado, isso quer dizer que os vizinhos não corroboram a sua tendência para abertura. Isto é, a abertura do indivíduo A não é retribuída. No caso de B, também existe uma fraca dependência mas, neste caso, há uma retribuição em termos de fechamento: a posição manifestada por este actor é consonante com a posição dos seus vizinhos.

Neste sentido, a motricidade (o conjunto de citações de *ego*), aplicada a uma lógica sócio-espacial representa um indicador fundamental para se avaliar o grau de abertura ou fechamento das ligações sociais de determinado actor, num dado local (um bairro, uma rua, uma empresa, etc). Deste modo, sugerimos quatro categorias que derivam da proposta de Forsé.

Figura nº3
Adaptação da tipologia dos papeis reticulares

	Retribuição	N/ retribuição
Abertura		
Fechamento		
	Consonância	Dissonância

Assim, se o actor cita uma série de indivíduos, existe uma tendência para abertura. Se o número de citações é reduzido ou inexistente, existe uma forte tendência para o fechamento. Por outro lado, a abertura ou o fechamento podem ou não ser retribuídos

pelos outros indivíduos (que citam *ego* - dependência). Quando se trata de uma não retribuição, há uma forte dissonância entre a postura do actor, em determinado espaço, e a forma como esta é avaliada pelos restantes indivíduos.

Quando a dissonância acontece podemos estar perante contextos que sugerem um mal estar latente, em que os actores tendem, conforme as circunstâncias, ora para o fechamento ora para abertura. Pelo contrário, a consonância sugere algo que é manifesto, seja em situações de harmonia, em que todos os actores se dão bem de forma recíproca, seja em situações de conflito nas quais existe um fechamento de parte a parte.

3.2. O zoneamento regional e o nível de desterritorialização

A grelha que adapta do esquema de Forsé (fig nº3), na qual se cruza a díade *fechamento - abertura* com díade *retribuição - não retribuição*, pode ser desdobrada em função do grau de interioridade ou exterioridade das ligações sociais.

No caso de um bairro, o contexto de interioridade (região de retaguarda) está fortemente associada ao espaço doméstico. A habitação pode representar uma fronteira na qual os actores desenvolvem relações íntimas e de carácter mais privado, podendo tender: para a *restrição*, situação em que raramente se comunga o espaço do lar com os vizinhos; ou para o *preservação*, que corresponde à situação em que o actor selecciona uma série de vizinhos com os quais mantém uma ligação forte, costumando frequentar regularmente as suas casas, nas quais se estabelecem relações mais profundas, como por exemplo, as de amizade. Em contrapartida, a rua é por natureza um espaço de exterioridade, na qual o actor estabelece um tipo de relação mais formal, podendo ser mais expansivo, dá-se e fala com toda a gente (*exposição*), ou mais *retraído*, selecciona só algumas pessoas.

Estas quatro situações tipo podem ser desdobradas em função da existência ou não de retribuição: em contextos de interioridade ou de exterioridade, a posição de *ego* pode ser, ou não, consonante, com a avaliação feita pelos restantes indivíduos (no caso do exemplo anterior, pelos restantes vizinhos).

A partir do cruzamento das várias díades chegamos a uma grelha que comporta dezasseis modalidades de zoneamento regional (fig. Nº4). Estas podem ter significados diferentes conforme o objecto em análise. Por isso, não faz sentido construir uma tipologia de categorias bem definidas, na medida em que cada célula, que compõe o quadro, deverá ser interpretada tendo por base a realidade concreta.

De modo a ilustrar o tipo de análise que pode ser construído a partir da análise deste modelo, peguemos na célula que cruza a situação de “fechamento não retribuído” em ambas regiões (de interioridade e de exterioridade). Esta modalidade terá um determinado significado se estivermos a estudar as consequências de um processo de realojamento de algumas famílias num bairro social e, terá outro, se a análise debruçar-se sobre o processo de *gentrification*¹¹ que acontece num dado bairro popular. No primeiro caso, podíamos interpretar o fechamento como o reflexo de uma situação de

Figura nº 4
Modalidades de zoneamento regional

		EXTERIORIDADE			
		EXPOSIÇÃO		RETRACÇÃO	
INTERIORIDADE		Abertura Retribuída	Abertura n/ retribuída	Fechamento retribuído	Fechamento n/retribuído
PRESER- VAÇÃO	Abertura retribuída	(B)			
	Abertura n/ retribuída			(A)	
RESTRI- ÇÃO	Fechamento retribuído				
	Fechamento n/retribuído				

exclusão social em relação às novas famílias. No segundo, provavelmente, concluiríamos que a situação de fechamento seria o resultado de uma estratégia dos novos moradores de não se imiscuírem nas intensas relações de vizinhança que se desenvolvem no bairro popular.

O verdadeiro significado de cada categoria depende do tipo de ligações que o actor desenvolve com o espaço exterior ao bairro. Assim, se na situação de realojamento os membros das novas famílias perderam o contacto com os antigos vizinhos do bairro de origem podemos dizer que o grau de fechamento será maior. No segundo exemplo (*gentrification*), o fechamento só pode ser interpretado como estratégia, porque a maior parte destas famílias mantém fortes ligações sociais com espaços e contextos exteriores ao bairro. Portanto, o verdadeiro sentido das modalidades regionais só é totalmente concretizado quando se confronta as relações desenvolvidas no interior de determinado espaço (por exemplo, um bairro) com as relações que existem fora deste.

Na análise que efectuámos sobre o zoneamento regional estabelecido entre os habitantes dos pátios de habitação (Carmo, 1996), constatámos que o posicionamento variava em função da idade. Havendo uma relativa homogeneidade socioprofissional entre a população, identificámos uma forte distinção entre as diferentes gerações. Assim, iremos apresentar e caracterizar os dois tipos de posicionamento regional mais relevantes e antagónicos.

O grupo A¹², caracteriza os indivíduos com idade inferior a 30 anos que habitam no pátio há menos de cinco anos, preenche a célula que cruza a posição de “preservação não retribuída” com a “retracção retribuída”. Encontramo-nos perante uma postura que

tenta preservar um espaço íntimo e mais privado com alguns indivíduos que, no entanto, não retribuem da mesma forma. Por isso, existe uma relativa dissonância entre a construção da interioridade - na qual se faz referência a determinados vizinhos com os quais se mantém uma ligação forte - e o menor grau de citações de que são alvo por parte dos vizinhos.

A postura de “retracção retribuída” pode indicar algum mal estar e, por vezes, alguma conflitualidade nas relações que são mantidas com os restantes vizinhos. Provavelmente, é esse mal estar que contribui para o elevado grau de diferenciação a partir do qual se citam alguns indivíduos, com os quais se comungam confidências dentro de espaços fechados (no interior de cada alojamento).

Este grupo tende a configurar uma região fechada que se “esconde” no interior de cada casa, na medida em que parte dos restantes vizinhos são fontes de intromissão e de conflitualidade. A célula que este grupo preenche compreende, em termos de significado, uma certa *subterrâneidade* das ligações sociais, que acontecem por detrás “dos olhos” dos restantes vizinhos (ou se quisermos, constroi-se uma barreira à percepção) .

Por outro lado, identificámos o grupo de idade compreendido os 41 e os 50 anos, que assume uma postura de retribuição na célula que cruza a *preservação* com a *exposição* (B)¹³. Estes actores desenvolvem um comportamento regional que tende para a abertura e que é consonante com os restantes vizinhos. Estamos perante uma postura de expansividade e de abertura. A célula que este grupo ocupa significa uma tendência para a *revelação*: as interacções no espaço desenrolam-se de uma forma relativamente manifesta.

Simultaneamente, verificámos no primeiro grupo uma maior tendência para a desterritorialização das ligações sociais, enquanto no segundo, os laços tendem a focalizar-se para o interior do pátio ou do bairro. Deste modo, a subterrâneidade identifica uma postura de relativa marginalidade em relação aos vizinhos, na medida em que os mais jovens costumam receber em casa amigos, conhecidos e familiares que habitam em bairros e espaços exteriores. Por seu turno, a revelação manifestada pelo segundo grupo expressa, por um lado, o domínio nas relações estabelecidas no interior do pátio e, por outro, uma certa ausência de ligações estabelecidas com indivíduos exteriores ao pátio.

Através destes exemplos verificamos que, a nível sócio-espacial, a noção de margem deverá compreender uma certa relatividade. Na verdade, tudo parece depender *do sistema coordenado*¹⁴ a partir do qual se observa e se enquadra as diversas ligações sócio-espaciais: uma situação marginal é sempre determinada tendo em conta a definição de outras situações. Deste modo, a mesma situação pode ser considerada marginal relativamente a x e, simultaneamente, pode deixar de ser entendida como marginal em função de y .

No exemplo que apresentámos sobre as relações estabelecidas nos pátios de habitação, podemos dizer que os mais jovens são marginalizados pela maior parte dos vizinhos do pátio. Mas também podemos considerar que os mais idosos tendem para uma certa marginalidade, devido às poucas ligações estabelecidas com pessoas exteriores ao pátio ou ao bairro envolvente (existe uma carência de relações desterritorializadas).

Neste sentido, a determinação sócio-espacial das margens ganha um significado pluridimensional. A posição do actor pode ser caracterizada em função de diversos factores que se entrecruzam. O sistema binário destrutura-se e perde o seu carácter unívoco: a mesma densidade material pode compreender distintas densidades dinâmicas.

Conclusão

A operacionalização que desenvolvemos pretende ir ao encontro da ideia de *entreabertura* caracterizada por Bachelard na análise que faz do espaço enquanto dimensão poética: «(...) a superfície do ser, nessa região em que o ser *quer* se manifestar e *quer* se ocultar, os movimentos de fechamento e abertura são tão numerosos, tão frequentemente investidos, tão carregados de hesitações, que poderíamos concluir com esta fórmula: o homem é o ser entreaberto» (Bachelard, 1989: p.225).

O esforço empreendido por nós, durante a feitura do presente texto, tentou concretizar este postulado. Como vimos, na sociologia o espaço tem sido abordado a partir de uma lógica binária. Por este motivo, o nosso objectivo fundamental foi o de compreender a dinâmica e a multiplicidade das diversas relações socio-espaciais. Segundo Bachelard, o espaço resulta da multiplicação de todas as dialécticas, mas não se resume a nenhuma delas. Assim, no esquema que apresentámos cada actor pode compreender várias modalidades de zoneamento regional havendo a justaposição entre diversos níveis de abertura e fechamento.

A análise do espaço deverá ser redimensionada em função da emergência de novas realidades e problemáticas sociais. Só assim o espaço pode manter a sua importância enquanto factor fundamental para a estruturação da organização social. A análise ganhará profundidade se conseguir detectar as lógicas de apropriação espacial delineadas por cada indivíduo ou por diferentes grupos sociais.

Por este motivo, em termos sócio-espaciais, a noção de margem compreende um carácter dinâmico que por vezes é difícil de delimitar. Este é o risco que se corre quando se pretende analisar as diferentes configurações que estão encobertas pelo modelo binário. O espaço individualiza-se e particulariza-se, tal como as próprias ligações sociais que cada vez estão mais descentradas em relação a um mesmo colectivo homogeneizado.

A forma sócio-espacial da margem estrutura-se em função da relatividade das diversas situações sociais. A posição de liminaridade estabelece-se sempre face a outra ou outras posições. Esta concepção relativista dos fenómenos sócio-espaciais enquadra-se numa visão mais ampla, dita pós-moderna, que as ciências sociais vão assumindo aos poucos, i. e., uma visão que questiona o totalitarismo dos paradigmas teóricos e o seu excesso positivista, de forma a poder abarcar situações marginais e atomizadas que não se reconhecem, nem são integradas pelo determinismo teórico.

No entanto, através do esquema de análise que propusemos, acabamos sempre por ser fiéis a uma dialéctica que comporta factores deterministas, por mais residuais e ténues que sejam. De facto, o modelo estrutura-se sempre a partir de um raciocínio dual

(abertura/fechamento, interioridade/exterioridade) ao qual dificilmente podemos fugir. Neste sentido, a fórmula de Bachelard acaba por ser a expressão da nossa limitação que é sempre redutora perante a *poética do espaço*.

Notas:

- ¹ No entender de R. Ledrut, a *forma* é uma unidade que tem a capacidade de compreender múltiplos fenómenos sociais que participem de uma mesma especificidade, neste sentido, a forma representa uma totalidade particular: «é uma totalidade de tipo particular: uma unidade que estabelece entre os seus elementos múltiplos uma especificidade» (Ledrut, 1984: p.42).
- ² Para caracterizar estes processos baseamo-nos nas seguintes obras: Castells (2000 (b)); Giddens (1992, 1994) Mela (1999); Santos (1994); Waters (1999).
- ³ As noções de cidade *pós-industrial*, *pós-fordista*, *informacional* expressam os mesmos factores de mudança no meio urbano, optámos pela utilização da primeira noção por esta se encontrar mais generalizada nos estudos e análises sociológicas.
- ⁴ Segundo Erik Olin Wright, «(...) uma sub-classe pode ser definida como uma categoria de agentes sociais que são economicamente oprimidos mas que não são explorados de uma maneira estável dentro da produção capitalista» (Wright, 1994: p. 30).
- ⁵ Um dos factores que caracteriza as situações de exclusão social é precisamente a inversão do sentido das relações sociais que se estabelecem no seio de alguns grupos sociais: se as relações tendem universalmente para a desterritorialização e descontextualização, verificamos que nas populações excluídas estas ainda são fortemente territorializadas e contextualizadas no espaço-tempo.
- ⁶ Esta visão dualista da estrutura social e espacial da cidade pós-industrial foi difundida por uma série de autores como Archer (1998), Mollenkopf e Castells (1992), Rémy (1994), O' Loughlin, e Friedrichs (1996).
- ⁷ «Um sector de estilo de vida diz respeito a uma "fatia" do espaço-tempo no total das actividades de um indivíduo, dentro da qual é levado a cabo um conjunto relativamente consistente de práticas.» (Giddens, 1994: p.75)
- ⁸ Ver em Peter Saunders (1993), Andrew Sayer (1990), John Urry (1981).
- ⁹ Referimo-nos aos pátios de habitação operária existentes na cidade do Montijo.
- ¹⁰ Ver fig. 2.
- ¹¹ O processo de *gentrification* caracteriza a situação de «(...) populações sem experiência de uma vida suburbana e que recusando sair do centro, nos seus trajectos de mobilidade residencial, vão ocupar as zonas antigas centrais, entretanto reabilitadas» (Rodrigues, 1990: p.50).
- ¹² Ver fig. nº 4.
- ¹³ Ver fig. nº 4.
- ¹⁴ Conceito base da teoria da relatividade que caracteriza a posição do ponto de observação (Einstein, Infeld: p. 142 seg.)

Bibliografia

- Ascher, François (1998), *Metapolis*, Oeiras, Celta Editora.
- Bachelard, Gaston (1989), *A Poética do Espaço*, São Paulo, Martins Fontes.

- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes Editores.
- Cabral, João de Pina (1996), “A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições na Antropologia Contemporânea”, *Maná - Estudos de Antropologia Social*, vol. 2. nº1.
- Carmo, Renato do (1996), *A (Des)construção do Espaço - Estudo Compreensivo sobre os Fundamentos e a Forma do Espaço social*: Tese de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa.
- Castells, Manuel (2000a), *The Rise of the Network Society*, 2ª ed., Oxford, Blackwell.
- Castells, Manuel (2000b), *A Questão Urbana*, São Paulo, Paz e Terra.
- Durkheim, Emile (1987), *As Regras do Método Sociológico*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- Engels, F.(1984), *Para a Questão da Habitação*, Lisboa, Edições Avante.
- Einstein, Albert e Infeld, Leopold (sd), *A Evolução da Física*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Featherstone, Mike (1997), “Culturas Globais e Culturas Locais”, in Carlos Fortuna (org). *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- Featherstone, Mike (1998), *Consumer Culture and Postmodernism*, Londres, Sage Publications.
- Forsé, Michel (1981), “Les réseaux de sociabilité dans un village”, *Population*, pp.1141 - 1162.
- Forsé, Michel (1991), “Contribution à une morphologie des rôles réticulaires”, *Societes Contemporaines*, nº5, pp. 43 -54.
- Giddens, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Goffman, Erving (1985), *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*, 4ª ed., Petrópolis, Vozes.
- Granovetter, Mark S. (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, vol 78, nº 6, pp. 1361 - 1380.
- Heidegger, Martin (1993), *Ser e Tempo*, Parte II, Petrópolis. 3ª ed., Vozes.
- Ledrut, Raymond (1968), *Sociologie Urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Ledrut, Raymond (1976), *L' Espace en Question*, Paris, Editions Anthropos.
- Ledrut, Raymond (1984), *La Forme et le Sens dans la Société*, Paris, Librairie des Méridiens.
- Ledrut, Raymond, (1998), “O Homem e o Espaço”, in Jean Poirier (Coord.), *História dos Costumes*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa.
- Mela, Alfredo (1999), *A Sociologia das Cidades*, Corroios, Editorial Estampa.
- Mollenkopf, John H., Castells, Manuel (eds.) (1992), *Dual City*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- Moreno, J. L. (1979), *Fondements de la Sociométrie*, 2ª ed., Paris, Presses Universitaires de France.
- O'Connor, Justin, Wynne, Derek (1997), “Das Margens para o Centro”, in Carlos Fortuna (org). *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- O' Loughlin, John, Friedrichs, Jürgen (eds.) (1996), *Social Polarization in Post-Industrial Metropolises*, Nova Iorque, de Gruyter.
- Pereira, Nuno Teotónio, (1994), “Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a Promoção Privada do Alojamento Operário”, *Análise Social*, nº127, vol.XXIX, pp509 - 524.
- Poulantzas, N. (1982), “A Nova Pequena Burguesia”, in A. Hunt (org.), *Classes e Estrutura de Classes*, Lisboa, Edições 70.
- Rémy, Jean, e Voyé, Liliane (1994), *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Edições Afrontamento.

- Rémy, Jean (1995), "As Modas, as Posições Intermédias e as Espacializações do Social", *Sociedade e Território*, nº 21, Porto, Edições Afrontamento, pp. 132-145.
- Rodrigues, Walter (1990), "Gentrification e Emergência de Novos Estilos na Cidade", *Colóquio Viver (N) a Cidade*, Lisboa, pp. 49 - 53.
- Sayer, Andrew (1990), "The Difference that Space Makes", in Derek Gregory e John Urry (org.). *Social Relations and Space Structures*, Londres, Macmillan. pp. 49-65.
- Santos, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão da Alice*, Porto, Edições Afrontamento.
- Saunders, Peter (1993), *Social Theory and Urban Question*, 2ª ed., Londres, Routledge.
- Simmel, Georg (1986), *Sociologia 2 - Estudos Sobre las Formas de Socializacion*, Madrid, Alianza Editorial.
- Simmel, Georg (1989), "O Cruzamento do Círculos Sociais", in Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Urry, John (1981), "Localities, Regions and Social Class", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 5, nº4, pp. 455 - 473.
- Teixeira, Manuel C. (1985), "Do Entendimento da Cidade à Intervenção Urbana. O Caso das Ilhas da Cidade do Porto", *Sociedade e Território*, nº2. Porto, Edições Afrontamento, pp. 74 - 89.
- Waters, Malcolm (1999), *Globalização*, Oeiras, Celta Editora.
- Wellman, B. (1979), "The Community Question: the Intimate Networks of East Yorkers", *American Journal of Sociology*, vol 84, nº5, pp. 1201-1231.
- Wellman B. e Leighton B. (1981), "Réseaux, Quartier et Communauté, Préliminaire a l' Étude de la Question Communautaire", *Espace et Société*, nº 38-39, Paris, L'Harmattan, pp. 111-133.
- Wright, Erik Olin (1994), "Análise de Classes, História e Emancipação", *Revista crítica de Ciências Sociais*, nº40, pp. 3 - 36.
- Xiberras, Martine (1996), *As Teorias da Exclusão*, Lisboa, Instituto Piaget, col. Epistemologia e Sociedade.